

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA MARIA DE MELO SOUSA EM PORTO NACIONAL - TO

## INCLUSIVE EDUCATION: THE ROLE OF THE PSYCHOPEDAGOGUE IN SPECIAL EDUCATION AT THE MARIA DE MELO SOUSA SCHOOL IN PORTO NACIONAL-TO

Valtanea Amaral Ribeiro 1  
Leonardo de Andrade Carneiro 2

**Resumo:** Esta pesquisa aborda os desafios e expectativas dos professores da Escola Maria de Melo Sousa no Distrito de Luzimangues em Porto Nacional Tocantins, em relação às suas atuais condições de trabalho com alunos portadores de necessidades especiais sem acompanhamento de um psicopedagogo. Aqui tratamos das expectativas desses profissionais, no contexto dos anos 2018/2019. O texto esboça um percurso fundamentado nas fases do histórico que constitui a Educação Inclusiva, trabalho docente, valorização e formação docente. Somando-se aos pressupostos que a perspectiva da inclusão se apresenta como mais um paradigma da educação. Objetivando identificar as dificuldades do corpo docente e compreender as expectativas do professor e as condições de trabalho alunos com necessidade especial e educação inclusiva, na Escola Municipal Maria de Melo Sousa, relatar as contribuições do psicopedagogo na educação inclusiva. Sua metodologia concentra-se em coletas de informações de caráter quantitativo, qualitativo, cujos dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica, documental e em campo por meio de observação (diário de campo), pesquisa exploratória e entrevistas semiestruturadas na Escola Maria de Melo Sousa em Porto Nacional - TO. Assim, o trabalho psicopedagógico deve ultrapassar a ideia genérica da inclusão, expandindo sua proposta e possibilitando seu apoio essencial e contínuo.

**Palavras-chave:** Contribuições Psicopedagógicas. Educação Inclusiva. Política Pública Educacional.

**Abstract:** This research addresses the challenges and expectations of the teachers of the Maria de Melo Sousa School in the District of Luzimangues in Porto Nacional Tocantins, in relation to their current working conditions with students with special needs without accompaniment of a psychopedagogue. Here we deal with the expectations of these professionals, in the context of 2018/2019. The text outlines a course based on the historical phases that constitute Inclusive Education, teaching work, valorization and teacher training. Adding to the assumptions that the perspective of inclusion is presented as another paradigm of education. Aiming to identify the difficulties of the faculty and understand the expectations of the teacher and working conditions students with special need and inclusive education at the Municipal School Maria de Melo Sousa, report the contributions of the psychopedagogue in inclusive education. Its methodology focuses on quantitative and qualitative information collections, whose data were collected through bibliographic, documentary and field review by half observation (field diary), exploratory research and semi-structured interviews at the Maria de Melo Sousa School in National Harbor - TO. Thus, psycho-pedagogical work must go beyond the generic idea of inclusion, expanding its proposal and enabling its essential and continuous support.

**Keywords:** Psychopedagogical Contributions. Inclusive education. Public Educational Policy.

Pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia com Ênfase em 1  
Educação Especial. Faculdade de São Vicente- UNIBR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3400611880824098>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6879-0713>.  
E-mail: valtanea@gmail.com

Doutorando em Desenvolvimento Regional. Programa de Pós- 2  
graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Estado do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5236550947764476>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2388-7516>. E-mail: leonardo.andrade@uft.edu.br

## Introdução

No Brasil subentende-se que *educação inclusiva* pode ser entendida como uma concepção de ensino que tem como objetivo garantir os direitos de toda a educação, partindo do pressuposto a igualdade e a valorização das diferenças. Dessa forma a educação inclusiva constitui de um modelo de uma educação baseada na concepção de direitos humanos.

Percebe-se, que nas últimas décadas o sistema escolar vem modificando em relação à educação inclusiva nas escolas regulares. Nesse sentido a educação inclusiva é compreendida como educação especial dentro da escola regular e assim transforma a escola em um espaço para todos, favorecendo a diversidade, e que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento.

A educação inclusiva implica a uma transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes nas escolas e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos.

A concepção de inclusão escolar é ampla e complexa. Para Amaral et al. (2014, p. 2) “A inclusão não se restringe apenas a alunos especiais, mas a todos em processo educacional”.

É notável que cada vez mais encontramos escolas e professores direcionados a enfrentar o desafio de atender todas as diversidades dos alunos com qualidade sem estarem preparados para este desafio. Nesse sentido tanto a escola como a direção e professores precisam estar preparados para enfrentar tal desafio, acolher os alunos e oferecer as melhores condições de aprendizagem, de forma que todos tenham as mesmas oportunidades.

No município de Porto Nacional no Tocantins em específico na Escola Municipal Maria de Melo Sousa, com sua estrutura precária para atender alunos com necessidades especiais e sem profissionais habilitados para trabalhar com essas crianças, mesmo com toda falta de estrutura tanto arquitetônica como profissional a escola busca caminhar em direção a um modelo de escola que baseia no paradigma da *inclusão*, a fim de garantir o respeito e a valorização das diferenças, sem qualquer forma de preconceito ou de discriminação.

Nessa perspectiva, diante de enormes desfalques de profissionais formados e ou habilitados para desenvolver o trabalho de inclusão com qualidade é que surgiu a necessidade dessa pesquisa que tem como temática a educação inclusiva e o papel do psicopedagogo na educação especial na Escola Municipal Maria de Melo Sousa no Distrito de Luzimangues em Porto Nacional – Tocantins, tendo como relevância as expectativas dos docentes desta escola dentro do contexto atual não considerando uma proposta de tempo, espaço e conteúdo de aprendizagem.

Tendo em vista, que a aprendizagem faz parte do campo do psicopedagogo, que vem contribuindo de maneira importantíssima no campo da inclusão, devido a fatores que norteiam ou interferem no processo de ensino aprendizagem. Diaz (2011, p. 81) afirma que:

A aprendizagem constitui um tema obrigatório tanto Psicologia como na Pedagogia e ainda em outras disciplinas cujos estudos se baseiam neste processo, uma vez que ele explica a imensa potencialidade do sujeito para apropriar-se de qualquer fato externo ou interno que acontece na rica experiência humana, abrindo as portas a um futuro que pelas suas possibilidades ainda é insuspeitável.

A Resolução CNE/CBE nº 2 de 2001 (BRASIL, 2001a), em seu Artigo 8º, inciso I, define que as escolas da rede regular de ensino deverão prever e promover, na organização de suas classes comuns, professores de classe comum e de educação especial, capacitados e especializados respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos.

Portanto, indaga-se a necessidade de analisar e compreender os desafios e expectativas dos professores da Escola Municipal Maria de Melo Sousa, em relação as suas atuais condições de trabalho com alunos portadores de necessidades especiais sem acompanhamento de um psicopedagogo. Diante dessa realidade faz-se necessário uma investigação: Qual a contribuição do psicopedagogo no contexto escolar?

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é compreender o processo da educação inclusiva no contexto da Escola Municipal Maria de Melo Sousa e analisar como o corpo docente trabalha

com alunos especiais sem acompanhamento/contribuição de um de um psicopedagogo. Sendo os objetivos específicos, identificar as dificuldades do corpo docente da Escola Maria de Melo Sousa na integração pedagógica entre docente e aluno na perspectiva da educação inclusiva; compreender as expectativas do professor e as condições de trabalho em relação aos alunos com necessidade especial; analisar as normas e diretrizes nacionais e do município de Porto Nacional que tratam da educação inclusiva e do acesso aos alunos em escolas regulares; relatar as contribuições do psicopedagogo para auxiliar a escola, a família e alunos no processo de inclusão.

Nessa perspectiva, Rozek (2012, p. 30), reitera que o estudo da formação docente requer a compreensão dos diferentes movimentos que se fazem constitutivos deste processo. Na perspectiva da educação inclusiva, compartilha-se das ideias de Almeida (2012) quando afirma que “precisamos pensar com o outro, precisamos de um constante e longo processo de reflexão-ação-crítica dos profissionais que fazem o ato educativo acontecer”.

A autora afirma que é preciso pensar na formação continuada dos educadores, caso se queiram mudanças significativas nas práticas de ensino. Compreende-se que é necessário romper com a ideia de formação docente enquanto apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência (ROZEK, 2012, p. 30).

No capítulo V da LDB (Lei de Diretrizes de Bases da educação Nacional, Lei nº 9.394/96), que trata da Educação Especial, afirma que, essa modalidade de educação é para educandos portadores de necessidades especiais.

Na mesma Lei, descreve que são assegurados a esses discentes “programas, metodologias, recursos pedagógicos e coordenação específicas, para atender às suas necessidades” e “docentes com especialização, para suporte profissional, e professores do ensino regular habilitados para a adaptação desses educandos nas séries comuns” (BRASIL, 1996, art. 59, inciso III).

A inclusão é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e na percepção que estudantes com deficiências encontrarão espaços sociais para além dos muros escolares.

Segundo Mantoan e Prieto (2004, p. 21), as pessoas possuem suas diferenças e igualdades, portanto, [...] “é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza”. A estrutura proposta pelo desenho universal pressupõe a diversidade e o trabalho com identidade e diferença em sua constituição.

Metodologia, processo de comunicação e material instrucional pensado sobre a estrutura referida precisam ser aplicados para toda a sala de aula, devendo ser contemplado na metodologia, processo de comunicação e material instrucional, elementos próprios dos princípios da diversidade, identidade e diferença, e não da homogeneidade e dos espaços homogeneizantes, esses últimos produtos de construção social.

Embora as legislações brasileiras apontem condições “adequadas” para um trabalho diferenciado a favor dos docentes em escola regular que recebe alunos com necessidades especiais, é evidente que essas condições em sua totalidade não condizem com a realidade das escolas públicas brasileiras.

Sabemos que transformar a escola em um ambiente inclusivo não se resume a colocar, lado a lado, numa mesma sala de aula, estudantes com e sem deficiência.

A inclusão se efetiva e aporta benefícios para o conjunto do alunado quando as práticas pedagógicas se pautam pelos pontos fortes e pelas necessidades de cada aluno, independentemente de terem ou não deficiência.

Diante de tal situação é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem suas barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, adotando métodos e práticas de ensino escolar adequando às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade dos alunos, além de recursos de ensino e equipamentos especializados, que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com e sem deficiências, mas sem discriminações.

Desconstruindo a ideia de homem padrão de Mace (1990), onde cita que “o conceito de Desenho Universal emerge na perspectiva inclusiva, de maneira a permitir a construção do design e da arquitetura acessíveis, sem necessidade de adaptações pontuais”.

Nossa realidade evidencia um desconforto dos profissionais da educação devido às más condições de trabalho que lhes são oferecidas, sobressaindo a ampliação das atividades docentes e a redução do espectro político da profissão, bem como as cobranças exploratórias focalizadas em resultados do seu ensino com base nas diretrizes no sistema educacional na qual são propostas, essas condições de trabalho que, atualmente, são evidenciadas no âmbito educacional impossibilitam esses profissionais desenvolverem um trabalho com qualidade.

Mesmo que as normas disponham que o trabalho docente deve ser realizado em condições adequadas, essas parecem ainda não fazer parte da realidade brasileira, como uma política pública, considerando, por exemplo, a ausência de espaços adequados nas instituições para estudos e planejamento, estruturas sem climatização, salas de aula com número inadequado de aluno-professor.

## **Metodologia**

Para realização da pesquisa apresentamos dois momentos, no primeiro embasado teoricamente onde salienta alguns pressupostos de definições da Psicopedagogia, seguida de reflexões em torno das possibilidades do profissional psicopedagogo na unidade escolar. No segundo momento apresenta-se análise de dados coletados por meio questionário com questões abertas com os professores da Escola Municipal Maria de Melo Sousa em Porto Nacional/Luzimangues- TO.

As coletas de informações serão de caráter quantitativo, qualitativo, pesquisa de campo que propõe uma integração dos dados obtidos pela pesquisa bibliográfica, documental por meio de observação (diário de campo), pesquisa exploratória e entrevistas semiestruturadas.

Toda a pesquisa será voltada para Educação Inclusiva e o papel do psicopedagogo na educação especial na Escola Maria de Melo Sousa em Porto Nacional - TO.

A finalidade deste trabalho é propiciar ao leitor/professor uma visão mais ampla sobre o papel do psicopedagogo e sua importância na educação inclusiva/especial abordando questões referentes à formação e preparo do docente para atuar na educação inclusiva de forma consciente, indicando como sugestão a ser implantada nas unidades escolares do município de Porto Nacional Tocantins.

## **Resultados e Discussão**

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de ‘políticas especiais’ para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Também, nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de 'integração instrucional' que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais".

A atual LDB, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a "possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado" (art. 24, inciso V) e "[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames" (art. 37).

Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001a, no artigo 2º, determinam que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que "o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana".

Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

No cotidiano do exercício profissional, o professor defronta-se com múltiplas situações para as quais não encontra respostas pré-elaboradas, também não consegue analisá-las pelo clássico processo de investigação científica.

Na prática cotidiana, o diálogo com a situação deixa transparecer aspectos ocultos da realidade e acabam criando novo marcos de referência, novas formas e perspectivas de perceber e de reagir/intervir.

As realidades criam-se e constroem-se nas interações psicossociais da escola. Nesta perspectiva, nas situações decorrentes da prática, não existe um conhecimento profissional para cada caso – problema.

Esta se constrói com base no significado dos movimentos dos docentes e no sentido que o profissional confere ao seu trabalho, definindo o que se quer e o que não se quer e o que se pode como professor.

Veiga (2006), refletindo sobre a docência e seus desdobramentos na formação, na identidade e na inovação didática, afirma que a formação, por estar vinculada à história de vida dos sujeitos, está em permanente processo de construção, de transformação; portanto, jamais estará pronta, concluída.

Entendemos que a formação de professores de forma geral e a própria Pedagogia necessitam da atitude filosófica como instrumento intelectual. Atitude filosófica é aqui compreendida, como o refletir, o indagar, o escavar a superfície do real para chegar às bases que orientam e justificam o agir pedagógico. Portanto, torna-se necessário compreender as bases filosóficas do processo educativo e construir um (outro) olhar sobre a formação docente.

Em relação à legislação, destaca-se como marco jurídico-institucional fundamental a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96).

No art. 61 está descrito que a formação dos profissionais da educação, precisa ser sólida, associando teoria e prática, estágios e capacitações constantes. Nesta perspectiva, a formação passa pela experiência, pelo ensaio do novo, passa por processos de investigação, diretamente articulados às práticas educativas.

Por outro lado, continua-se admitindo professores formados em cursos de nível médio, na modalidade normal, para a educação infantil e as quatro primeiras séries do ensino fundamental

conforme redação do artigo 62 da Lei nº 9.394 /1996 (BRASIL, 1996) reitera que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (2008) observa-se uma lacuna importante no que diz respeito à formação de professores, afirmando que o docente para atuar na educação especial, necessita de conhecimentos amplos e conhecimentos específicos para atuar na área.

Esta incoerência sobre a formação reflete a fragilidade do tema, já que as diretrizes são bastante genéricas e parecem não revelar preocupação quanto às bases epistemológicas e filosóficas que justificam a ação docente e o próprio processo educativo do sujeito com deficiências, nos diferentes espaços da escola. Notam-se, ainda, lacunas no que se refere à formação de professores que possuem alunos com deficiências em suas salas de aula.

Nossa realidade evidencia um desconforto dos profissionais da educação devido às más condições de trabalho que lhes são oferecidas, sobressaindo à ampliação das atividades docentes e a redução do espectro político da profissão, bem como as cobranças exploratórias focalizadas em resultados do seu ensino com base nas diretrizes do sistema educacional na qual são propostas, essas condições de trabalho que, atualmente, são evidenciadas no âmbito educacional impossibilitam esses profissionais desenvolverem um trabalho com qualidade.

Essencial, o delineamento das políticas docentes e a melhoria das condições de trabalho, a garantia de recursos materiais, de infraestrutura e de segurança na escola, assim como de apoio didático-pedagógico aos professores, são fatores fundamentais para que a escola possa ter êxito na aprendizagem dos alunos.

No Artigo 18, § 1º, são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores.

O conceito de Educação Especial da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2010).

Tal importância atribuída aos professores é anunciada no Plano Nacional da Educação (2001), na parte referente à Educação Especial, como uma prioridade, portanto, as classes especiais, situadas nas escolas “regulares”, destinadas aos alunos parcialmente integrados, precisam contar com professores especializados e materiais pedagógico adequados. (BRASIL, 2005, p. 100).

Em síntese, há normas que garantem aos profissionais da educação, conseqüentemente, aos docentes, uma reestruturação no plano de cargos, carreira e remuneração em prol da valorização e do reconhecimento do exercício de sua profissão, contudo, esses direitos ainda não foram todos materializados.

Muito se fala em valorização do docente, mas, em muitos casos, são apenas discursos com interesses político-partidários. Apesar dos avanços, ainda se nota desvalorização dos profissionais da educação, bem como as condições inadequadas de trabalho e a ausência de uma política de valorização social e econômica dos profissionais da educação, têm sido motivos para muitos professores abandonarem a profissão.

Em Porto Nacional, a Lei nº 1928/2008 define os princípios básicos da carreira dos profissionais da educação, sendo o ingresso no cargo exclusivamente por concurso público de

provas ou provas e títulos.

Podemos inferir que esta Lei evidencia que o cenário dos profissionais da educação no Município de Porto Nacional não é diferente do cenário nacional.

Embora o Município de Porto Nacional disponha de lei específica, contudo, nas observações realizadas, verificou-se má condição de trabalho dos docentes, falta de estruturas adequadas para atendimento a alunos com necessidades especiais.

Embora as condições do trabalho docente sejam um dos fatores mais comentados, na qual se trata da melhoria e qualidade do trabalho docente, percebemos que as relações do ambiente e da organização e as condições de trabalho vividas e vivenciadas pelos professores sejam dentro ou fora do ambiente de trabalho ainda são precárias.

No âmbito do Município de Porto Nacional Tocantins, não possui normas nem diretrizes específicas para a Educação Inclusiva e o trabalho docente nas instituições de ensino regular.

Dessa forma, gera insatisfação dos professores, cujas alegações abrangem questões como a inadequação dos espaços, falta de formação e de um acompanhante/auxiliar para atender crianças com necessidades especiais, afetando o rendimento do seu trabalho e no aprendizado dos alunos.

Na pesquisa de campo, realizada na Escola Municipal Maria de Melo Sousa, coletamos os dados por meio de questionários semiestruturados, aplicado no segundo semestre de 2018, com doze docentes da educação infantil e de anos distintos do ensino fundamental. Destes, obtivemos a devolutiva de oito questionários, destes sete respondidos e um em branco.

Entretanto, antes da coleta de dados na escola, buscamos informações junto à Secretaria Municipal de Educação através da sua representante no Distrito de Luzimangues, onde está localizada a Escola Municipal Maria de Melo Sousa, obtivemos uma resposta informal que o Município de Porto Nacional Tocantins, não possui nenhuma lei ou outro documento no sentido de educação inclusiva/especial e que seguem as diretrizes do Estado do Tocantins.

No período de agosto de 2018 a dezembro de 2018, solicitamos, informações via telefone e busca na internet sobre as diretrizes do estado que valorizem ou que ofereçam condições de trabalho para os docentes na educação inclusiva em escola/instituição de ensino regular, mas não obtivemos resultados. Nesta escola, recebemos informações de que não tem conhecimento de tais diretrizes.

Em síntese, não tivemos acesso, nem retorno quanto normas e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional, para educação inclusiva, nem sobre as condições e valorização dos profissionais do trabalho docente destas instituições.

Desta forma infere-se, que o Município de Porto Nacional – TO, não possui diretriz e normas para educação inclusiva/especial. Por fim, nasce aqui à hipótese de essas diretrizes, apesar de serem de interesse público, não existem.

Em relação a entrevista, foi aplicado questionários semiestruturados há doze docentes da educação infantil e de anos distintos do ensino fundamental. Destes, obtivemos a devolutiva de sete questionários respondidos e um em branco.

Os respondentes variam entre o sexo feminino e masculino, todos eles são graduados e com experiência em docência e, até mesmo, em outras funções. Alguns deles são pós-graduados na área da educação. As cinco questões que serviram como base para nossa pesquisa buscavam respostas sobre as condições de trabalho docente em uma escola regular que atende educação inclusiva:

Condições de trabalho sem acompanhamento de um psicopedagogo; condições do trabalho docente com alunos que necessitam cuidados/atendimentos especializados; condições adequadas para o trabalho docente em uma escola regular que atende educação inclusiva; expectativas destes docentes em relação as suas condições de trabalho e sua valorização; Políticas públicas e valorização docente no âmbito da educação inclusiva.

Dois dos entrevistados deixaram ou não quiseram responder todas as questões do questionário. Quanto aos entrevistados não quiseram identificar seus nomes e serão denominados respectivamente com P1, P2, P3, ...

Em relação às condições adequadas para o trabalho docente, diante do gargalo da educação inclusiva de ensino regular sem apoio de um profissional habilitado “psicopedagogo”, os professores explicitam:

“Em minha opinião apesar termos a sala de recurso na Escola Maria de Melo não é devidamente aparelhada e é carente de profissionais habilitados. precisamos avançar o processo de inclusão (P1, 2018)”.

“A meu ver, ainda somos despreparados, não formação continuada que nos amparem quanto a presença de crianças com alguma dificuldade, e isso, só se agrava com a falta de profissionais capacitados na escola, ou melhor, na rede (P2, 2018)”.

“As atuais condições de trabalho docente para trabalhar a inclusão são inadequadas. Falta formação adequada, profissionais da saúde para acompanhar os alunos. Falta estrutura física adequada, recursos materiais e financeiros. E o indispensável é um psicólogo para acompanhar, atender os alunos e funcionários (P3, 2018)”.

“Muitas vezes não sabemos como devemos comportar quando nos deparamos com alguém com alguma deficiência. Talvez a falta de formação adequada nos coloque em algumas situações desconfortáveis no nosso dia-a-dia (P4, 2018)”.

“Sabemos que é difícil e árdua essa tarefa, pois trabalhamos com sala de aula lotada e com alunos especiais sem nenhum apoio por parte dos poderes competentes, não temos formações para trabalhar com essas crianças e muito menos apoio por parte dos governantes. O que se espera é que vejam essa situação e de fato façam valer os direitos dos professores e dos alunos (P5, 2018).”

“Na verdade não nos são oferecidas condições de trabalho, nós enquanto professor de escola regular que atende educação inclusiva, o município de Porto Nacional não nos oferece condições de trabalho neste sentido, inclusive na Escola Maria de Melo Sousa têm muitas crianças que precisam de acompanhamento individual na sala de aula e acompanhamento especializados, essas crianças são encaminhadas, mas não atendidas, temos uma sala de recurso precária que também as professoras que atendem nessa sala são professoras que não receberam nenhuma formação nesse sentido pelo ao menos ao meu conhecimento, pois o que percebo é tamanho despreparo. Espero que o poder público olhe essas deficiências com mais afinco e que de fato valorize o profissional da educação (P6, 2018)”.

Nas perspectivas dos docentes entrevistados, as condições adequadas para o trabalho docente são as melhorias das condições de trabalho, mais investimentos na formação e capacitação dos professores, melhor estrutura física nas escolas, mais recursos e incentivos aos professores, apoio para desenvolverem seus trabalhos e assim oferecer mais qualidade ao ensino inclusivo.

As condições de trabalho do professor se associam a vários aspectos no contexto sócio histórico da sociedade. É importante ressaltar que todos buscam os mesmos objetivos em suas condições de trabalho e consideram que as condições adequadas de trabalho são essenciais para um bom andamento das aulas. (FARAVELLI et al., 2010).

As normas e diretrizes no âmbito da educação fazem previsão que os sistemas de ensino devem promover condições adequadas de trabalho aos professores. Para a totalidade das docentes entrevistadas, as dificuldades enfrentadas em suas carreiras afetam de forma negativa seu trabalho, mostrando que as condições de trabalho têm grande importância no efetivo trabalho do docente.

Quanto à possibilidade das atuais condições de trabalho desses profissionais, ou seja, dos professores que trabalham com educação inclusiva na Escola Maria de Melo Sousa, todos os



entrevistados acreditam que não há condições adequadas para desenvolverem um trabalho que permite aos alunos da inclusão ter um bom desenvolvimento:

Não. Da forma que está sendo trabalhado a inclusão nos dias de hoje, sem os devidos acompanhamentos não desenvolveremos a inclusão adequada (P1, 2018).

Não. Sem o preparo adequado a ideia de inclusão parece meio paradoxal. Como podemos incluir uma criança com uma necessidade especial sem profissional que conheça métodos ou técnicas que envolvam a participação desse indivíduo no meio? (P2, 2018).

Não (P3, 2018).

Não. Pela dificuldade que a escola comum e seus profissionais apresentam no cotidiano em sala de aula ao trabalhar com inclusão (P4, 2018).

Não. As atuais condições que se encontra a Escola Maria de Melo Sousa, não são adequadas e muito menos os professores são capacitados para trabalhar com crianças especiais, dessa forma, não podemos desenvolver um trabalho eficaz (P5, 2018).

Não. Na verdade nem considero que temos condições de trabalho muito menos adequadas para trabalharmos com crianças especiais, o que percebo é um faz de conta de inclusão e o poder público fingindo está oferecendo educação inclusiva de qualidade, inclusão essa que nunca existiu, muito menos em sala de aula, onde há crianças sem acompanhamento algum de profissional habilitado, psicólogo, psicopedagogo etc.(P6, 2018).

Como podemos observar, os docentes alegam que a Escola Maria de Melo Sousa, não possui condições adequadas para desenvolver um trabalho eficaz que de fato irá contribuir para as melhorias do aprendizado das crianças que necessitam de cuidados ou atendimentos especiais sem os devidos acompanhamentos, tendo em vista que as dificuldades são muitas, inclusive com a falta de formação dos profissionais.

Entendemos ainda, que neste contexto o professor, diante das várias funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação e que muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras, principalmente em se tratando de educação inclusiva.

Observa que os maiores entraves para a implementação da educação inclusiva relaciona-se à manutenção do regime de inclusão e as adequações dos espaços e a desvalorização do docente no seu ambiente de trabalho.

A qualidade da educação inclusiva em escola de ensino regular só será alcançada com aumento de investimentos, tanto pessoal quanto em estrutura, para que possam atender satisfatoriamente a todos que dela necessitam.

Considera-se que, uma maior compreensão dos processos de flexibilização e precarização do trabalho docente não pode ignorar as teses da desprofissionalização e proletarização, para que a sociologia das profissões apresente considerável colaboração.

Assim podemos inferir que, o reconhecimento social e legal desse processo pode ser encontrado na própria legislação educacional, ao legitimar a expressão “valorização do magistério” para designar as questões relativas à política docente: carreira, remuneração e capacitação.

Os professores entrevistados também apontaram o que consideram condições adequadas e dignas para o trabalho docente com educação inclusiva em escola regular:

Ter sala de recurso aparelhado com profissionais habilitados para nos dar suporte dentro da sala de aula (P1, 2018).

Penso eu, que tudo se resolva com formação continuada, a secretaria tem ou conhece as dificuldades que as escolas necessitam, mas será que ela tem invertido na solução do problema em questão? (P2, 2018).

Os desafios que enfrentam os professores diante aos alunos com necessidades educacionais especiais porque a escola não oferece subsídios para se trabalhar com esses alunos e suas dificuldades (P4, 2018).

Acredito que para desenvolver um trabalho de qualidade com crianças especiais e ou inclusão é preciso que os professores sejam preparados, recebendo formações neste sentido, a escola tenha o espaço físico adequado e que os gestores façam valer o direito dessa criança que é lhe confiado por lei, isso seria o mínimo que deveria ser feito (P5, 2018).

Seria um sonho termos uma condição de trabalho adequada para desenvolvermos um bom trabalho com crianças especiais, mas minhas expectativas seria que de fato o poder público fizesse valer o direito da criança e do docente conforme as leis que os amparam (P6, 2018).

Na perspectiva dos docentes entrevistados, as condições adequadas de trabalho em uma escola para atender as demandas da inclusiva são:

Ambiente de aprendizagem com recursos didáticos; formação contínua, subsídio e suporte. Observar-se que as condições de trabalho desses professores são marcadas pela precariedade.

Desta forma, os docentes entrevistados relatam expectativas sobre a melhoria das condições de trabalho, reorganização da proposta de educação inclusiva, espaços físicos e condições de ambiência das salas de aulas, autonomia escolar e valorização do professor.

No presente momento não está sendo trabalhado a proposta de inclusão, conteúdos diferenciados por conta da falta de espaço, tempo e profissionais habilitados (P1, 2018).

Não julgo a escola, até porque, temos aqui, profissionais dedicados, o que infelizmente só coloca uma máscara nas reais necessidades, infelizmente uma conta paga pelas crianças (P2, 2018).

Rever planos e estratégias utilizadas pelos professores, para avaliar alunos com necessidades especiais, verificando o grau de dificuldades de cada um em sala de aula, descobrindo habilidades e potencialidades que precisam ser exploradas e modificadas de ambas as partes (P4, 2018).

Minhas expectativas quanto à proposta de inclusão considerando, tempo, espaço e aprendizado é que os governantes deixem de falácias em educação inclusiva e de fato façam valer o direito da criança que anseia por respeito e uma aprendizagem que lhe é ofertada em leis e projetos, mas na realidade não existe (P5, 2018).

Em se tratando da proposta de inclusão considerando tempo, espaço e aprendizagem, acredito que quando for respeitado o direito dessas crianças o aprendizado irá fluir respeitando o tempo de cada um, mas enquanto não for respeitado infelizmente nada irá mudar, espero que essas crianças sejam vistas de maneira plausível (P6, 2018).

Em relação às políticas públicas e valorização docente no âmbito da educação inclusiva, ou independentemente da modalidade de atuação, os docentes apresentam respostas que afirmam a descrença quanto a sua valorização e implementação de políticas públicas:

Na minha opinião não (P1, 2018).

Não! Até porque, colocar na mídia que faz, não significa está fazendo é só ir a uma escola e conviver com uma criação cega, por exemplo, ou surda, a realidade do dia-a-dia é bem outra (P2, 2018).

O município de Porto Nacional não tem implantado políticas públicas que valorize o docente no processo de inclusão (P3, 2018).

Não. Embora, precise ser repensada para atender cada necessidade é necessária uma reflexão, a começar pelos nossos governantes (P4, 2018).

Não, até mesmo porque o município de Porto não oferece nenhuma estrutura para os professores nesse sentido, a valorização do professor neste município não existe, só em propagandas (P5, 2018).

Embora, o município de Porto dissemina a valorização do professor, não é bem isso que acontece e em momento algum vejo o professor sendo valorizado, vejo sedo acuado diante de tantas barbáries que são impostas pela secretaria de educação, nesse município o professor não recebe nenhum apoio, nenhuma valorização e também não existe políticas públicas voltadas para educação inclusiva (P6, 2018).

Desta maneira, a Política Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação tem como especificidade o redimensionamento da concepção de educador e a inclusão dos funcionários de escola neste redimensionamento, reconhecendo a identidade social e o início institucional da valorização profissional dos que atuam nos espaços escolares (BRASIL/MEC, 2004, p.8; BRASIL/CNE, 2006, p.28).

Os docentes participantes desta pesquisa, ao se manifestarem livremente, demonstram a indignação com a desvalorização profissional, ou melhor, a desvalorização com a própria educação, afirmando assim ser um dos setores menos valorizado no Brasil.

No caso do município de Porto Nacional em específico na Escola Maria de Melo Sousa, a situação ainda é mais crítica, pois falta profissional habilitado, investimentos e políticas públicas. Ressalta-se a importância do desenvolvimento para um equilíbrio entre a sala de aula regular e o professor que atende inclusão:

Para concluir, quero expor minha opinião. A palavra inclusão me parece que virou “bordão” isso para o meio político é eficácia de trabalho, só não vejo como uma criação vai ser incluída em um meio que se quer a compreende (P2, 2018).

Um professor de sala de aula regular não pode ser diferente de um professor de inclusão, onde seja valorizado o respeito mútuo a sua capacidade e seu espaço, facilitando assim sua atuação de forma livre e criativa proporcionando a cada um, uma sala de aula criativa e diversificada, dando a oportunidade de participar das atividades adaptadas as necessidades de cada aluno, já que o professor vai ser responsável pelo sucesso ou fracasso da aprendizagem de todas as crianças (P4, 2018).

Considero que as políticas públicas em se tratando de

educação inclusiva só existem no papel, na realidade o que se vê é professor inexperiente tentando dar o melhor de si para atender crianças com necessidades especiais diante de tanto descaso para amenizar o sofrimento delas (P5, 2018).

Espero que o professor seja visto com mais autonomia e que as crianças tenham seus direitos cumpridos. Professor sendo tratado como professor e aluno sendo tratado como aluno por parte dos governantes (P6, 2018).

Os docentes entrevistados possuem ponto de vista semelhante sobre a valorização como docente, considerando as atuais condições de trabalho.

Por sugestão da pesquisa, essas opiniões trazem pontos positivos para serem analisados, considerando que os professores significam seus atos no exercício profissional, no confronto com as condições objetivas às quais se encontram submetidos (TARDIF; LESSARD, 2005). Nesse sentido, Delors destaque que:

Para melhorar a qualidade da educação é preciso, antes de mais nada, melhorar o recrutamento, formação, o estatuto social e as condições de trabalho dos professores, pois estes só poderão responder ao que deles se espera se possuírem os conhecimentos e as competências, as qualidades pessoais, as possibilidades profissionais e a motivação requerida (DELORS, 1998, p. 153).

Conforme o referido nesse estudo, é imprescindível para o desenvolvimento do país uma educação de qualidade e em se tratando do município de Porto Nacional a situação da educação ainda é muito precária principalmente no âmbito da inclusão, são prédios/escolas inadequadas, professores e alunos sem apoio de um profissional habilitado.

Na Escola Maria de Melo Sousa, percebemos através da fala dos professores entrevistados que não estão satisfeitos com suas atuais condições de trabalho, principalmente com a falta de valorização e formação para os docentes e em termos de condições inadequadas para desempenharem seu trabalho com educação inclusiva em uma escola regular.

É nessas condições de trabalho que os docentes exercem sua função, desenvolvem aprendizagens e se constituem como professores, estabelecendo práticas pedagógicas que se cristalizam como cultura escolar. Ao exercer a docência, o professor se vê envolto em situações complexas e muitas vezes imprevisíveis, condições precárias em sua carreira, que fazem com que se sinta desrespeitado e inseguro (SACRISTÁN, 1999 *apud* PENNA, 2012, p.10).

Os problemas apontados pelos docentes entrevistados são recorrentes, ou seja, todos os profissionais fazem os mesmos apontamentos e seus questionamentos são rotineiros, demonstrando que realmente fazem parte do cotidiano de trabalho docente. Portanto, esses problemas devem ser transformados em objetivos para a gestão municipal desse município.

Considerando as falas dos docentes entrevistados, concordamos com Penna (2012 p. 10) que destaca a relevância de dar voz aos professores, para que se compreenda como vivenciam suas condições de trabalho e, também, para que sejam considerados nos momentos de construção de políticas públicas educacionais. Pois, compreender as formas como se dá o exercício da docência nas escolas é fundamental para que se compreenda a função que a escola exerce na sociedade.

Sendo assim, por certo, o contexto apresentado pelos entrevistados afeta às práticas docentes na Escola Maria de Melo Sousa no Município de Porto Nacional Tocantins.

## **Considerações Finais**

Este trabalho teve como objetivo principal compreender o processo da educação inclusiva no contexto da Escola Municipal Maria de Melo Sousa e analisar como o corpo docente trabalha com alunos especiais sem acompanhamento/contribuição de um de um psicopedagogo.

Foram estudados os pressupostos legais da Educação Inclusiva, as condições e valorização dos docentes no Brasil e no Município de Porto Nacional Tocantins e seus desdobramentos nos entes

federados e suas propostas no âmbito educacional nas quais estes, estabelecem seus respectivos planos de educação e as estratégias de ações, voltadas para garantir diretrizes educacionais comuns em uniformidade com a Política Nacional de Educação e seus marcos históricos e regulatórios na perspectiva da inclusão, diversidade e igualdade.

Contudo, existem avanços na proposta da Educação Inclusiva e valorização dos professores. Quanto a Educação Inclusiva a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), assegura o direito a inclusão e a diversidade dos alunos nas escolas comuns. Ainda assim, não são reconhecidas as dificuldades encontradas a empreitada de incluir a todos em classes comuns de ensino.

Mesmo com essas asserções legais são incorporadas as praticas docentes no que se refere à educação inclusiva e o exercício da docência.

Contudo, as condições de trabalho trazem consequências para os professores e para suas ações. Além disso, revelam o status conferido ao trabalho e ao trabalhador.

A questão da não valorização da função docente é histórica, e se apresenta par e passo ao processo de institucionalização da função. Então, essa discussão permanece até hoje.

Quanto à valoração da profissão da educação, podemos dizer que seus direitos são garantidos na forma da lei, mas o que evidenciamos nesta pesquisa é que o cenário da educação é preocupante, principalmente, em Porto Nacional, considerando que a maioria das escolas atende Educação Inclusiva sem uma estrutura apropriada, tanto na formação de docentes quanto a estrutura físico-arquitetônica das escolas.

Em se tratando de propostas e projetos para a Educação Inclusiva em escola comum no Município de Porto Nacional, não encontramos propostas, normas ou diretrizes que regulamentam a melhoria e qualidade da aprendizagem.

Quanto à estrutura da Escola Municipal Maria de Melo Sousa, podemos observar que é precária e sem condições adequadas para receber alunos que necessitam de um atendimento diferenciado.

Em outras palavras, as condições do trabalho nesta escola não são as mais indicadas, ficando visível a insatisfação dos profissionais, especialmente, dos docentes. É nessas condições de trabalho que os docentes exercem sua função, desenvolvem e se constituem como professores.

Concluindo, nas falas das docentes entrevistados, ficou nítido que os problemas são recorrentes em torno da educação, uma vez que todas fizeram apontamentos iguais ou semelhantes, evidenciando o desconforto em se tratando de valorização e das condições de trabalho docente.

Essa realidade é contextualizada e deve-se problematizar, pois o sucesso ou regresso escolar devem levar os profissionais da educação à reflexão, pois os profissionais da área e o estado são responsáveis por um processo de inclusão de forma eficiente.

## Referências

ALMEIDA, M. L. A construção de conhecimentos na/pela pesquisa-ação: implicações para a prática pedagógica em educação especial na perspectiva da inclusão. **Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**, v. 16, 2012. Disponível em: <http://endipe.pro.br/ebooks-2012/3353b.pdf>. Acesso em: Acesso em 08 de set. de 2018.

AMARAL, Marciliana Baptista et al. (2014). **Breve Histórico da Educação Inclusiva e Algumas Políticas de Inclusão: Um Olhar Para as Escolas em Juiz de Fora**. Disponível em: <file:///D:/Pos%20Gradua%C3%A7%C3%A3o/MONOGRAFIA/ED.%20INCLUSIVA%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em 08 de set. de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em 16 de set. de 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro de 2008**. Disponível em Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/20170704-medu-inclusao-escolar.pdf>. Acesso em 04 de jan. de 2019.

BRASIL. **Documento Final da Conferência Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Documento-Referência da Conferência Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2014. Revista inclusão. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>. Acesso em 04 de jan. de 2019.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, **Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei 10.172/01 de 9 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_lei10172.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_lei10172.pdf). Acesso em: 05 de fev. de 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em 12 de set. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 05 de fev. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB 17/2001**, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>. Acesso em: 11 de jan. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2/2001**, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 11 de jan. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, -2010. 73p.

BRASIL. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores). **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. 2ª ed. rev. e atualiz. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.adiron.com.br/arquivos/cartilhaatual.pdf>. Acesso em 18 de jan. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei\\_13146.pdf](http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf). Acesso em: 18 de jan. de 2019.

DECLARAÇÃO de Salamanca: **Sobre princípios, políticas e prática na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2019.

DELORS, Jacques; NANZHAO, Zhou. Educação um tesouro a descobrir. 1998. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/1143/1/Paulo%20Freire.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2019.

DIAZ, Félix. **O Processo de Aprendizagem e Seus Transtornos**/Félix Diaz. Salvador: EDUFBA, 2011. 396 p. il. Disponível em: <https://www.livrariacultura.com.br/p/livros/educacao/pedagogia/o-processo-de-aprendizagem-e-seus-transtornos-29058381>. Acesso em: 30 de set. de 2018.

FARAVELLI, Tiziano et al. Detailed kinetic modeling of the thermal degradation of lignins. **Biomass and Bioenergy**, v. 34, n. 3, p. 290-301, 2010. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/pdf/10.1098/rstb.2010.0102>. Acesso em 30 de set. de 2018.

LESSARD, Claude; TARDIF, Maurice. **La profession d'enseignant aujourd'hui: évolutions, perspectives et enjeux internationaux**. De Boeck Supérieur, 2005. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2fa8Jo7UrfUC&oi=fnd&pg=PR2&dq=TARDIF%3B+LESSARD,+2005&ots=L15ik1INIP&sig=2EGBuzJfHPzuEiTHi7Vh\\_7qeCQc](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2fa8Jo7UrfUC&oi=fnd&pg=PR2&dq=TARDIF%3B+LESSARD,+2005&ots=L15ik1INIP&sig=2EGBuzJfHPzuEiTHi7Vh_7qeCQc). Acesso em 16 de jan. de 2019.

MACE, R. et al. Accessible environments: toward universal design. In: PRIESER, W. E.; VISCHER, J. C.; WHITE, E. T. (Ed.). **Innovation by design**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1990. p. 187-219. Disponível em: <https://ci.nii.ac.jp/naid/10016895288/>. Acesso em: 30 de set. de 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar: o que é. **Por quê**, p. 12, 2003. Disponível em: <http://www.epsinfo.com.br/INCLUSAO-ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2018.

PORTO NACIONAL. Prefeitura Municipal de Porto Nacional / Câmara Municipal de Porto Nacional. **Lei nº 1928/2008**. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Renumeração dos Profissionais da educação Básica da Prefeitura Municipal de Porto Nacional – TO, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.portonacional.to.gov.br/images/SELETIVO\\_EDUCACAO/LEI%20N%20C%20B0%201.928%20DE%2028%20DE%20MAR%20C3%87O%20DE%202008.pdf](http://www.portonacional.to.gov.br/images/SELETIVO_EDUCACAO/LEI%20N%20C%20B0%201.928%20DE%2028%20DE%20MAR%20C3%87O%20DE%202008.pdf). Acesso em 16 de jan. de 2019.

PORTO NACIONAL. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico – PPP / Escola Municipal Maria de Melo Sousa**. Porto Nacional, TO. 2018.

ROZEK, Marlene. A Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva. **XVI ENDIPE** - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP – Campinas – 2012. Disponível em: [http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8785/2/A\\_formacao\\_de\\_professores\\_na\\_perspectiva\\_da\\_educacao\\_inclusiva.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8785/2/A_formacao_de_professores_na_perspectiva_da_educacao_inclusiva.pdf). Acesso em: 16 de Jan. de 2019.

Recebido em 21 de outubro de 2019.

Aceito em 17 de março de 2020.